

Vencer a crise

Para ganhar a década

Boletim Número 6

Dezembro de 2020

Índice dos Textos

• “A Dimensão da Crise e a sua Natureza”:

Uma crise que não termina em 2020 e cuja saída implica que se relevem os factores estruturais da mesma.

OS NÚMEROS

- “**Indicadores Estatísticos Nacionais**”: o quadro da incerteza para 2021 continua muito elevado.
- “**As Previsões (de Outono) da Comissão Europeia para a Economia**”: Uma recuperação mais lenta do que o previsto, com Portugal no «quadro de honra» da redução do défice no próximo ano.

AS POLÍTICAS

- “**O Orçamento da Segurança Social para 2021**”: Um contributo importante para a proteção do emprego e dos rendimentos ... mas até que ponto será suficiente face ao agravamento da crise pandémica.
- “**As medidas de apoio para o 1º semestre de 2021**”: Governo apresenta um novo pacote de medidas mais abrangente e direcionado para os problemas de liquidez das empresas.
- “**Presidência Portuguesa da União Europeia no 1º semestre de 2021**”: Uma agenda centrada nas grandes prioridades europeias (do digital ao desenvolvimento sustentável).

OS DESAFIOS

- “**O Crescente Peso do Sector dos Serviços nas Trocas Internacionais**”: As previsões da OMC (antes da crise) apontam para um forte crescimento dos serviços.
- “**Impactos do Covid 19 na Dinâmica das Sociedades e nos Desafios à Realização Futura de Reformas Sociais e Económicas**”: FMI avança com novos impactos da crise COVID 19.

A Dimensão da Crise e a sua Natureza

(com base em intervenção do Governador do Banco de Portugal)

Em recente intervenção pública (Conferência organizada pelo “Dinheiro Vivo”/TSF), o Governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, agora liberto dos compromissos e equilíbrios negociais da governação do país, alertou para que «perante **uma crise que não é estrutural** não devemos mudar o essencial do nosso **sistema de apoio social e económico**», precisando, de seguida, que «o nível da dívida pública torna “proibitivo” um **apoio massivo à economia**».

A mensagem, em tempo de discussão e aprovação do O.E. para 2021, era clara: as medidas de combate à crise têm que ser contidas e ter um **carácter de excepcionalidade**, ou seja, não devem ser adoptadas por um tempo indeterminado, para não comprometer o objectivo de, no mais curto espaço de tempo possível, fazer regressar o país aquilo que ficará como sendo a principal «coroa de glória» da sua passagem pelo governo, «as contas certas».

Mário Centeno parte no seu discurso de uma leitura que, ao mesmo tempo que enfatiza o problema da dívida pública, sem, contudo, o contextualizar na nova realidade em que o mesmo se move, circunstancializa a crise que estamos a viver, realçando o bom desempenho das nossas empresas nos anos que a antecederam e, assim, podendo “desdramatizar” o impacto sobre estas da actual crise pandémica.

Estas afirmações levantam-nos **dois tipos de questões** relevantes, que procuraremos analisar de seguida, diferenciando-as, mas sem perder de vista aquilo que os liga.

1ª Questão: A duração e o impacto da crise pandémica

Não podemos, desde logo, senão concordar com o alerta que é feito por Mário Centeno para que não devemos, a pretexto da presente crise, procurar (voluntária ou involuntariamente) mudar o nosso «sistema» (não vamos aqui questionar alguma indefinição com que este conceito é usado) de apoio social e económico. A consideração de que as medidas adoptadas num contexto de emergência, visando evitar o colapso de uma parte significativa da

nossa economia, devem, na generalidade dos casos, assumir um carácter de excepção e ter um quadro temporal de aplicação limitado é algo que acompanhamos sem dificuldade. Como, também, o faríamos se estivesse em questão disponibilizar «apoios massivos» (que não existem) à economia e às empresas, sem obedecer à necessidade de estabelecer prioridades e adoptar critérios de selectividade.

Aquilo que nos faz divergir do Governador do Banco Central é, por um lado, a sua expectativa optimista quanto ao ritmo de saída da crise e de recuperação da nossa economia e, por outro, e correlativamente, o que fica subentendido ser o **quadro temporal** e a **intensidade necessária** das medidas preconizadas no combate à crise.

Se olharmos, aliás, para as últimas previsões para este ano, formulados pelo Banco de Portugal (datadas de Outubro), registamos uma expressiva revisão em alta da evolução da economia em 2020 face às previsões de Junho, explicitando o Boletim do Banco que «as projecções assumem como hipótese central um relativo controle da doença em Portugal e nos seus parceiros comerciais, que permitirá a continuação da **dissipação gradual do impacto económico directo da pandemia na segunda metade de 2020**» e, embora, mais adiante, se admita que «o eventual alargamento da crise pandémica recomenda que a margem de actuação das políticas económicas deva ser preservada» — prolongamento este que ninguém, hoje, tem dúvidas de ser já uma realidade — o que se retira das previsões macroeconómicas do Banco e do discurso de Mário Centeno é uma leitura da crise que quase sobrepõe a duração da **crise pandémica** ao da **crise económica**, escamoteando que, ultrapassada a primeira, esta perdurará por bastante mais tempo.

Desde logo, porque, não conseguimos acompanhar o optimismo com que o ex-Ministro das Finanças olha para o **estado em que se encontrava a nossa economia antes desta crise**, transformando uma situação marcada por

uma grande fragilidade de uma parte significativa do nosso tecido produtivo, a tentar ainda recuperar o período da «troika», num cenário de robustez e de capacidade elevada de enfrentamento da presente crise, para isso usando como únicos indicadores a recuperação então registada face ao período da crise da dívida soberana. Mas, também, porque os efeitos da crise, sobretudo no que se refere ao comportamento da procura, vão perdurar e a chamada «nova normalidade» não será, em quase nada, idêntica à que tínhamos anteriormente.

Por isso, achamos, ao contrário de Mário Centeno, que a primeira prioridade da política orçamental para 2021 tem que estar no **combate à crise** pelo que ainda não é tempo de a mesma se poder recentrar no objectivo do reequilíbrio orçamental.

Ou seja, são precisas **medidas com a intensidade e a direcção certa** para travarem falências em massa, para preservarem o maior número de postos de trabalho e possibilitarem uma recuperação sustentada da nossa economia. Não podemos, por isso, neste quadro, deixar de criticar uma construção orçamental que pressupõe que, já no próximo ano, iremos ter um crescimento exógeno da economia face à política orçamental e em que, com a pretensão de produzir um orçamento «neuro» — e não assumidamente expansionista — se admite que aquele crescimento suportará, em grau significativo, a redução prevista para o défice das Administrações Públicas.

Ora, se em condições de um crescimento sustentado as políticas orçamentais devem, em geral, ser mais contidas (efeito anti cíclico), numa situação em que a economia continua longe de recuperar dos níveis anteriores à crise, a política orçamental tem que constituir um instrumento activo na sua recuperação.

O argumento de que a política orçamental não pode ser outra perante a dimensão da nossa dívida carece de prova, e desde logo, que não se omitta aquilo, que, manifestamente, diferencia a situação presente daquela que o país enfrentou na primeira metade da década passada.

Uma diferença fundamental tem que ver com o comportamento do BCE que na crise anterior, fantasiando sobre um hipotético descontrole da inflação, recusou até ao limite baixar as taxas de juro e que, agora, tem vindo a ter uma actuação firme e corajosa, que, nomeadamente, possibilitou — apesar

das previsões para o défice e para o aumento da dívida pública serem muito expressivas — que os juros das nossa obrigações a 10 anos estejam praticamente a custo zero (com a possibilidade de virmos a ter mesmo taxas de juro negativas). Ninguém prevê, a curto prazo, qualquer alteração significativa neste domínio, o que permite ao nosso país ter hoje uma gestão, mormente através de troca de dívida com diferentes maturidades e juros, bem mais eficiente. Mas, a situação também é distinta, porque esta evolução não é, hoje, apenas partilhada por 2 ou 3 países da periferia europeia que, no passado recente, as políticas europeias trataram como excepções, mas acompanha uma tendência que é geral atingindo o conjunto das economias da U.E.. Acresce, ainda, o factor adicional, de todo não desprezível, de estarmos hoje menos distantes da média das dívidas públicas da zona euro do que estávamos anteriormente e de termos já mostrado que, ao contrário de outros, somos capazes de reduzir a dívida — e isso também deve ser, sem dúvida, creditado ao ex-Ministro Mário Centeno — e que podemos fazê-lo, não na base de medidas fortemente austeritárias, mas apostando numa política de maior incentivo ao crescimento da economia como sucedeu, sobretudo, nos anos de 2016 a 2018. Como todos sabemos, em matéria de dívida o que é avaliado é o rácio entre o volume desta e a evolução do PIB nominal, sendo, aliás, por isso, que em 2020 iremos registar um aumento significativo da dívida, em resultado da forte quebra da economia.

A actual crise pandémica não teve a sua origem na economia e o impacto nesta resultou de decisões políticas relacionadas com a saúde pública, embora os seus efeitos na economia fossem, em grande medida, expectáveis. Por isso, os seus custos não devem agora ser maioritariamente transferidos para a economia, não podendo o Estado a refugiar-se no volume da dívida e do défice para não assumir a sua responsabilidade na situação das empresas.

Isto não significa que defendamos um descontrole, que seria irresponsável, das contas públicas e que não nos preocupemos com o facto de a aprovação do O.E. para 2021 não se ter feito na base de uma proposta coerente e baseada nas grandes prioridades do combate à crise, mas tenha implicado um somatório de medidas avulso, muitas delas de impacto desconhecido e ao sabor de reivindicações, compromissos e maiorias políticas circunstanciais, tornando a execução orçamental um exercício quase impossível; seja porque as medidas previstas não poderão ser concretizadas com este orçamento, seja

pela necessidade de sucessivos e porventura comprometedores, em termos de contas públicas, orçamentos suplementares ou rectificativos. Aliás, o próprio discurso das «contas certas» para ser verdadeiro também implica concordância entre as verbas orçamentadas e as medidas a executar, o que com o texto saído da A. R., a que acresce o optimismo de partida da proposta do Governo, dificilmente acontecerá.

O O.E. aprovado não é seguramente um texto de retorno a uma política austeritária e acompanhamos mesmo a crítica de que, com algumas medidas adoptadas ele evidencia um pendor despesista pouco compreensível na situação presente, com despesa direccionada para um conjunto de acções que não são de verdadeiro combate à presente crise, deixando, simultaneamente, de fora medidas essenciais nesse combate.

Até muito recentemente, o esforço para não agravar a prazo a despesa pública, fez com que os apoios fossem baseados em empréstimos ou adiamento de pagamentos. Ora, se numa crise de curta duração e em empresas trabalhando com níveis de capitalização ou margens de lucro mais elevados isso é possível (é a estas que o Governador chama de «empresas viáveis»?), numa crise que se prolongará seguramente por mais de um ano, essas medidas apenas adiam o problema, sem o resolver. É preciso — contrariando, novamente, o pensamento optimista de Mário Centeno — dizer, claramente, que uma parte significativa das nossas micro, pequenas e médias empresas dos sectores mais atingidos pelas medidas de contenção da pandemia não vão no futuro gerar lucros que lhes permitam pagar as dívidas entretanto acumuladas. Por isso, nesses casos, é necessário que o Estado chame a si a responsabilidade (plena ou parcial) do custo desses pagamentos a terceiros, evitando encerramentos de empresas que, sendo viáveis, não estão em condições de financiar os seus resultados negativos com aumento de capitalização bolsista ou, sequer, de obter financiamento bancário sem garantias e dentro de condições de pagamento satisfatórias. Ao fazê-lo o Estado evita, ao mesmo tempo, que se repercuta o efeito do incumprimento sobre fornecedores e credores.

As medidas anunciadas pelo Governo, de apoio à PME, em 10 de Dezembro, parecem de alguma forma, vir responder finalmente a esta preocupação, com a concessão de apoios não reembolsáveis (ver texto mais à frente).

2ª Questão: A dimensão estrutural da crise económica

A crise que atinge a economia é meramente conjuntural, como afirma Mário Centeno? Ou ela só pode ser compreendida na sua verdadeira dimensão se considerarmos que resulta da conjugação de uma crise que é, sem dúvida, conjuntural, e que tem origem na crise pandémica com uma crise estrutural que persistindo, há pelo menos duas décadas, no nosso país, se caracteriza por uma fragilidade da nossa economia, bem evidenciada pelos números dos principais indicadores de crescimento e competitividade?

É para nós relativamente claro que só a segunda alternativa colocada, ao associar-lhe uma dupla dimensão: **conjuntural e estrutural** nos permite perceber a verdadeira natureza da crise que estamos a viver e que não se resolve apenas com estímulos à procura e apoios de emergência, uns e outros indispensáveis, mas que são, de todo, insuficientes.

No domínio da economia, temos que tomar em consideração que existe um **antes** da crise pandémica que interfere na capacidade de resistência da nossa economia a esta crise conjuntural e um **depois**, que tem que ver com o modo como a economia a irá ultrapassar. Não é aliás, por acaso, (a Comissão Europeia é, em parte, uma paradoxal excepção) que a generalidade das previsões internacionais, apontam para uma recuperação mais lenta da economia portuguesa em relação à maioria das economias europeias, identificando nos sectores que mais contribuíram, para o crescimento recente da economia portuguesa (desde logo as actividades associadas ao turismo), precisamente aqueles que estão a ser mais atingidos pela crise actual e cuja recuperação não se fará com a mera superação da crise pandémica.

A afirmação de Mário Centeno de que: «as empresas não financeiras tiveram uma transformação (desde o ponto mais baixo da crise da dívida soberana em 2013) única e, em si mesmo, inédita. Inédita porque acrescentou sustentabilidade a sectores produtivos que muitos diziam que não conseguiriam promover a

convergência da economia portuguesa com as médias europeias» é manifestamente excessiva e não pode ser avaliada, repetimo-lo, tomando como termo de comparação apenas os números dos últimos 4 anos relativamente aos registados durante a crise da dívida pública.

Portugal nos **últimos vinte anos** regista um crescimento do PIB (real) inferior a 1% ao ano. Abaixo da média da U.E. (27) que, entre 2001 e 2019, foi de 1.4% e, sobretudo, claramente inferior à dos países europeus com níveis de desenvolvimento mais próximos do nosso. É, por isso, que Portugal tem vindo a perder posições no «ranking» da U.E. (27), sendo que, em 2001, o diferencial do nosso país em relação à média da U.E. (27) era de 24.3 p.p., medido pelo indicador do PIB per capita, e em 2019 tinha aumentado para 28.7 p.p..

Apesar de no último triénio (2017 a 2019) termos registado, finalmente, um crescimento mais acentuado (com 2.8% em média anual) as previsões para o final de 2020 apontam para um crescimento negativo ao longo da última década de -0.1% ao ano (pior na U.E. só fazem a Itália e a Grécia).

Em 2020 a crise irá provocar uma quebra do PIB que, poderá, e sem fazer neste particular, nenhum juízo crítico sobre a actuação governativa, ser um pouco superior à média da U.E. (27) de acordo com as previsões da C.E.; mas, o que não pode deixar de se evidenciar é que Portugal é das poucas economias em que o PIB (real) regride para os valores registados no início do século (é idêntico ao de 2005) sendo preciso recuar muito no tempo para encontrarmos uma década com uma evolução sem qualquer crescimento. Também o comportamento do PIB potencial, a crescer, nos anos que antecederam a crise, significativamente abaixo do PIB real (com “hiatos do produto” positivos de 2017 a 2019) são a evidência do **subinvestimento** que marcou a economia na última década.

Conseguimos, é certo, consolidar as contas públicas passando de um saldo orçamental negativo, que atingiu -11.4% em 2010, para um valor positivo deste, em 2019, de 0.2% (o que não acontecia desde a primeira metade dos anos 40 do século passado) e, com isso, podemos reduzir de forma expressiva a dívida pública (em 15.2 p.p. entre 2014 e 2019), o que países com dívidas superiores ou similares à portuguesa não conseguiram, mas o preço pago foi muito elevado.

Ele reflectiu-se sobretudo, no **investimento**, com particular incidência no investimento público que, na ausência de uma, sempre adiada, reforma do Estado, produziu uma preocupante degradação do serviço público e uma paralisação de um conjunto de investimentos infraestruturantes essenciais para a nossa competitividade.

O investimento total (FBCF) regista uma forte quebra desde o início do séc. XXI, com quebras anuais de -1.6% entre 2001 e 2010 e de -1.2% entre 2011 e 2020 (no conjunto da U.E., inversamente, houve um aumento de, respectivamente, 0.6% e 0.5%, nas duas décadas referidas).

Com isso o investimento, que registou um valor máximo, desde o início do século, em 2008 com 41 mil milhões de euros, caiu para um mínimo, em 2013, de 25 mil milhões (-40%) para, em 2019, apesar da recuperação dos últimos anos, ainda estar abaixo dos valores anteriores à crise financeira do final da primeira década deste século, com um valor de 39 mil milhões.

A situação é bem pior quando olhamos para o investimento público pois, mesmo com base nas previsões do Governo (O.E. 2021), em 2020 o valor previsto fica 51% abaixo dos números registados em 2010. Entre 2016 e 2019, em % do PIB, em Portugal o peso do investimento público situou-se em 1.8%, contra 2.9% na média da U.E. (27) e nenhum outro país da União registou um valor tão baixo.

Simultaneamente, procurámos na saída da crise da dívida soberana, esboçar uma reorientação do nosso **modelo de crescimento**, ou seja passar de uma economia muito centrada na procura interna e, sobretudo, em actividades protegidas da concorrência (numa lógica eminentemente rentista) ou fortemente dependentes de investimentos e obras públicas para uma economia mais focada na procura externa. Só que esta mudança fez-se, fundamentalmente pelo lado da procura e se, em alguns casos, isso permitiu ajustar as condições da oferta com investimento novo (caso de alguns serviços e, em especial, do turismo) na maioria das situações o crescimento esteve associado apenas ao aumento da procura externa relevante que estava em fase de recuperação após a crise financeira, não se tendo registado ganho de quota de mercado significativos e consolidados, com a agravante de face ao perfil das actividades exportadoras de bens.

esse aumento ter tido como consequência um aumento dos bens e serviços importados, o que degradou ainda mais a nossa balança de bens. Esta degradação foi compensada na segunda metade da última década pelo saldo largamente positivo da balança de serviços, assente no reforço de duas componentes: turismo e transporte aéreo, o que escondeu a perda de dinamismo nos últimos anos dos designados pela estatística “outros serviços fornecidos por empresas” e que incorporam o essencial das actividades prestadoras de serviços a outras empresas. Nos últimos 3 anos (2017 a 2019) a balança destes serviços viu reduzir-se para menos de metade o seu saldo positivo, ao mesmo tempo que as exportações dos mesmos desaceleraram de forma significativa.

A pouca atenção dada pelo poder político a este sector, que, em alguns domínios, continua a ser pouco concorrencial, e uma balança de serviços demasiado dependente das actividades turísticas, apontavam já, mesmo antes da presente crise, para a insustentabilidade de mantermos por mais tempo uma balança de bens e serviços positiva (2019 ainda, registou tangencialmente um saldo positivo desta balança) sendo que, no pós-crise COVID, tudo aponta para que um novo e prolongado ciclo de saldos negativos venha a ter lugar pelas razões já expostas. Esta evolução a confirmar-se será tanto mais paradoxal quando estudos recentes apontam no sentido de um forte aumento da exportação de serviços. A empresa americana Western Union prevê que a nível global e, sob o impulso da crise actual, o comércio internacional de serviços às empresas possa até 2025 crescer 37%, e o das tecnologias de informação 35%.

Entre nós, a obsessão com a estratégia da “reindustrialização” quase esgota a nossa capacidade de pensar os grandes desafios com que estamos confrontados. Com o investimento em queda e sem qualquer real reorientação estratégica, a aposta nos «sectores exportadores» afigurava-se uma aposta demasiado frágil, que, embora tenha permitido que algumas actividades prosperarem com o reforço dos apoios públicos que receberam, não foi acompanhada pelos passos necessários para operar as mudanças institucionais, de cultura de gestão e de alteração do nosso perfil produtivo, essenciais para uma maior e melhor inserção das nossas empresas nas cadeias globais de produção e que implicava um deslocamento da nossa

actividade industrial para actividades com maior incorporação de valor, em especial, ao nível dos factores imateriais e dos componentes intangíveis. Um tecido produtivo de centenas de milhares de empresas (micro, pequenas e médias) não pode confundir-se com a escassa centena que responde pela maioria das nossas exportações.

Por outro lado, a crise veio interromper e inverter uma evolução positiva ao nível do **território**, com especial destaque para os espaços urbanos, cuja reanimação muito beneficiou do incremento do turismo e da atracção de investimento externo. Estes espaços irão sair da crise — sobretudo nos grandes centros de cidades — num estado de degradação, fruto do encerramento de lojas e outros serviços e da falência de projectos imobiliários orientados para o turismo (ao nível da hotelaria e do alojamento local). A atracção de novo investimento para projectos de requalificação urbana vai ficar seriamente afectada por um período de vários anos, pondo em causa a competitividade das nossas cidades e aumentando as desigualdades territoriais e regionais. Os programas até agora conhecidos pouca atenção dão a esta realidade.

Neste quadro, os novos apoios comunitários (PRR e PT2030) e os próximos O.E. não podem deixar de atender a estas necessidades de mudança. Se se limitarem a considerar que tudo vai bem e que é apenas questão de esperar o fim da crise e de reforçar alguns apoios com verbas comunitárias, mantendo o essencial do nosso modelo económico e das orientações de investimento, tememos que a década de 20, seja, a exemplo da anterior, mais uma década perdida, alternando períodos de alguma recuperação face a anteriores quebras, com anos de algum crescimento, moderado, mas em que a tendência de médio prazo é, no melhor dos casos, de um crescimento medíocre. O discurso do Governador do Banco de Portugal, quer pela sua importância institucional, quer também pela sua reconhecida capacidade intelectual, ao subestimar as fragilidades do nosso tecido produtivo e ao não valorizar a necessidade de olhar para a economia como estando confrontada com um desafio estrutural que é decisivo para o nosso futuro, não vem, infelizmente, contribuir para a mudança de rumo que consideramos necessário concretizar e, por isso, o nosso empenho renovado de procurar contribuir para relançar um debate, que sendo difícil, por contrário a um pensamento ainda dominante, é necessário e urgente.

OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS: melhorias, recuos e incerteza a aumentar

Depois da redução homóloga no PIB de -5,7%, no passado 3º trimestre, as mais recentes estimativas para a quebra anual do PIB no ano de 2020, em Portugal, variam entre -8,1% nas projeções de Outubro do Banco de Portugal, e -10% nas projeções do FMI (também de Outubro), sendo de -9,3%, nas previsões de Outono da Comissão Europeia (em final de Outubro). As previsões do Governo, subjacentes ao Orçamento de Estado para 2021, são de -8,5%.

Depois da evolução menos desfavorável a que se assistiu até agosto, ainda que parcial, na atividade económica portuguesa, na sequência do desconfinamento que se seguiu na fase descendente da primeira vaga da pandemia, o aumento crescente da propagação do Covid-19 ao longo de setembro, associado à 2ª vaga da pandemia, atingiu um novo pico em Novembro, levando o país a entrar novamente em Estado de Emergência. A reintrodução de medidas restritivas à mobilidade da população e ao funcionamento da atividade económica, já vem refletida nos indicadores económicos mais recentes: o indicador de confiança dos consumidores (INE), diminuiu em novembro, depois de um patamar relativamente estável nos 5 meses anteriores. Do mesmo modo, também o indicador de clima económico (INE) se reduziu em novembro: do lado das empresas, os indicadores de confiança diminuíram em todos os setores.

No mercado de trabalho, embora as estimativas mensais de outubro, do INE, para os principais indicadores de emprego e desemprego, não perspetivarem ainda grandes alterações na tendência menos desfavorável do 3º trimestre, a evolução no mesmo mês de outubro dos índices de horas trabalhadas dos vários sectores da economia, já evidenciaram decréscimos mais acentuados que nos meses anteriores.

No comércio internacional de bens, foi também já evidenciado um novo recuo, com uma quebra de -2,2% nas exportações de bens (+0,2% em setembro) e de -11,8% nas importações de bens (-8,8% em setembro).

Embora se disponham de dados sobretudo do mês de outubro, são já evidentes as marcas da nova vaga da pandemia traduzidas em recuos quer em alguns dos indicadores do consumo, como também do

investimento, antevendo-se um retrocesso mais significativo nos meses seguintes, nos quais os efeitos das medidas restritivas, reforçadas no Estado de Emergência decretado no início de Novembro, serão certamente mais acentuados.

Dos vários indicadores quantitativos disponíveis, salientam-se:

i) Na componente do consumo:

- **A redução do montante global de operações na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras), **em outubro, de -6,3%, voltou a acentuar-se** (-4,5% em setembro, -8,1% em agosto, -9,7% em julho e -14,4% em junho) :
- **a redução no número de matrículas de veículos ligeiros de passageiros** (inclui as matrículas veículos novos vendidos, e dos veículos usados importados) foi de -16,3% em outubro, **mais intensa** que a redução de -13,3%, **em setembro**;
- o índice de volume de negócios (IVN) do **comércio a retalho em outubro registou uma variação homóloga de -0,7%, (+0,5% em setembro) e o do retalho excluindo o combustível, cresceu 0,8% (1,2% em setembro)**;
- **a variação homóloga das vendas de gasolina** (em ton) **em setembro**, de -5,7%, **reduziu-se menos** que nos meses anteriores (-10,8% em agosto);

ii) Na componente do investimento:

- **a venda de veículos comerciais ligeiros em outubro** (veículos novos) **teve uma quebra** homóloga de -15,1%, **mais acentuada** que nos meses anteriores (-7,2% em setembro)
- o mesmo tendo acontecido nas **vendas de veículos pesados em outubro, cuja descida homóloga se acentuou para -15% (-8,6% em setembro)**
- **as vendas de cimento no mercado interno, em outubro, desaceleraram abruptamente com um aumento homólogo de apenas 1,3% (11,9% em setembro)**
- **a redução homóloga da importação de máquinas, artes e acessórios voltou a acentuar-se em outubro, para -5,3%** (compara com aumento de 3,7%

em setembro e com uma redução homóloga de -2,2% em agosto)

- o índice de produção industrial de bens de investimento voltou a registrar uma descida homóloga de -3,2%, em outubro (-2,8% em setembro).

No Turismo, o mês de outubro voltou a revelar um recuo maior na atividade. Cerca de 30% dos estabelecimentos de alojamento turístico terão estado encerrados, ou sem qualquer movimento de hóspedes nesse mês (compara com 24% em setembro). A estimativa rápida do INE sobre dormidas no alojamento turístico em outubro, aponta para quebras homólogas de -21% nas dormidas de residentes (-8,5% em setembro) e de -76,2% nas dormidas dos não residentes (-71,9% em setembro), sendo a região da área metropolitana de Lisboa aquela que regista os maiores decréscimos (de 42,1% nas dormidas de residentes e de -83,9% nas dos não residentes).

O Transporte Aéreo, a par do turismo, depois de em agosto ter registado a menor das quebras desde abril, segundo as estimativas rápidas do INE, em setembro voltou a registar um recuo maior.

Em outubro, os índices de volume de negócios (IVN) do INE registaram decréscimos homólogos de -8,4% na indústria (-1,8% em setembro), de -0,7% no comércio a retalho (+0,5% em setembro) e de -12,1% nos Serviços (-12,5% em setembro). No IVN dos serviços destaca-se em particular a descida de -83,8% nas Agências de viagem (-84,5% em setembro), operadores turísticos e atividades relacionadas, de -71,2% no Transporte Aéreo (-66,6% em setembro).

A quebra homóloga do IVN do comércio por grosso foi de -3,9% (-5,9% em setembro), enquanto o IVN no comércio e manutenção automóvel, que tinha registado em agosto pela primeira vez, desde março, uma variação homóloga positiva, voltou a descer, com um decréscimo homólogo de -3,6% (-2,1% em setembro).

No comércio a retalho, em outubro, o IVN voltou a ficar abaixo do nível de outubro de 2019, com um decréscimo homólogo de -0,7% (+0,5% em setembro), com o forte contributo do decréscimo homólogo no IVN do comércio a retalho de combustível (-11,1%). Com efeito, excluindo o retalho de combustível, o IVN do comércio a retalho até registou um aumento homólogo de 0,8%. Voltou a destacar-se o retalho alimentar, com um acréscimo homólogo de 3,3% no IVN, mobilizado em particular pelo melhor desempenho dos estabelecimentos de retalho alimentar não especializados, nos quais o crescimento do IVN foi de 4,7%.

Pelo contrário, o decréscimo homólogo do IVN do retalho alimentar em estabelecimentos especializados acentuou-se para -10,8%.

No retalho não alimentar o decréscimo do IVN também voltou a acentuar-se para -3,9% apesar de, nos estabelecimentos não especializados, ter aumentado 5%. No retalho não alimentar especializado destaca-se novamente a quebra homóloga de -20,1% no vestuário, e no IVN do retalho de Produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene, uma quebra homóloga de -4,6%, para além da dos combustíveis de -11,1% já referida. No sentido contrário, continua a destacar-se o IVN do retalho de Bens para o lar e similares, com um aumento homólogo de 6,7% e o aumento homólogo de 27,8% registado em outubro no IVN do retalho por Correspondência, internet e outros meios (+28,5% em setembro).

No mercado de trabalho, as estimativas mensais provisórias do INE para outubro apontam para um aumento muito ligeiro no emprego, de 0,3%, face a setembro (compara com aumento estimado de 0,7% em setembro, face a agosto), e para uma descida de -2,1%, face a outubro de 2019. As estimativas para o desemprego perspetivam um decréscimo maior face ao mês anterior, de -4,7% (foi de -1,7% em setembro face a agosto), bem como para um aumento homólogo menor, de 15% (compara com um crescimento homólogo de 19% em setembro). A taxa de desemprego foi estimada em 7,5%, face a 7,9% no mês anterior e a 6,5% em outubro de 2019).

Enquanto a taxa de subutilização do trabalho foi estimada em 15%, abaixo da estimativa de 15,4% no mês anterior, mas ainda acima dos 12,5% verificados em outubro de 2019.

Em termos setoriais, a partir dos índices de emprego de outubro o setor dos serviços continua a evidenciar quebras homólogas mais acentuadas que os restantes setores.

Assim, **na indústria** o índice de emprego registou em outubro um decréscimo homólogo de -2,8% (-3,1% em setembro), o índice das horas trabalhadas, caiu -8,2% (-4,2% em setembro) e o das remunerações mantiveram-se sem variação (0,1% em setembro). **Nos serviços** os mesmos índices de emprego, horas trabalhadas e remunerações caíram -8,1%, -12,9% e -6,1%, respetivamente (face a -8%, -10,1% e -4,7% em setembro).

No comércio a retalho, o índice de emprego decresceu -3,2% (-3,7% em setembro), o índice de horas trabalhadas decresceu -5,2% (face a -4,2% em setembro) e o índice das remunerações registou um decréscimo homólogo de -1,9% (+1,4% em setembro).

As previsões (de Outono) da Comissão Europeia para a economia

Uma recuperação mais lenta do que o previsto, com Portugal no «quadro de honra» da redução do défice nos próximos anos

1. As previsões mais recentes da Comissão Europeia (C.E.), divulgadas no European Economic Forecast, se, no que se refere ao conjunto da EU (27) e da “zona Euro”, em pouco alteram as anteriores previsões (de Junho) para a evolução do PIB em 2020, com quebras de, respectivamente -7.8% e -7.4%, já relativamente a Portugal a revisão em baixa é significativa, passando de uma previsão anterior de -6.8%(abaixo da média da U.E.) para -9.3% (uma recessão bem acima da prevista para a U.E. e para a Zona Euro). Ao mesmo tempo, as previsões do Banco de Portugal faziam exactamente o percurso inverso...

Para o conjunto da U.E. (27) as mudanças mais significativas prendem-se com a revisão do **ritmo da recuperação**, a ter lugar nos anos de 2021 e 2022, apontando, agora, para uma trajectória mais lenta, com o crescimento do PIB a baixar, em 2021, de 6.1% para, apenas, 4.1%. Para 2022 a previsão para a U.E. é de um crescimento de 3.0%, o que significa que, de acordo com a C.E., só mesmo em 2023 a recuperação da crise, medida pelo PIB, ficará concluída. Nesta recuperação Portugal regista de forma algo paradoxal, um valor de crescimento mais elevado, quer em 2021, quer em 2022 (embora, também, sujeito a uma revisão em baixa) com, respectivamente, 5.4% e 3.5% de aumento do Produto, mas ficando, ainda assim, mais longe que a média europeia de recuperar em 2022 da queda sofrida em 2020, considerando, de forma implícita, a C.E. que esse objectivo possa, também, ser atingido apenas em 2023.

Mas, se em 2020 Portugal aparece como o **4º país da zona euro que regista um pior desempenho** (apenas ultrapassado pela Espanha, França e Itália), em 2021 a nossa recuperação apenas ficará, em relação a estes três países, atrás da França, situando-se em plano de igualdade com a Espanha e acima da Itália. Contudo, com o evoluir da crise sabemos que as mudanças nas previsões têm sido uma constante pelo que,

neste momento, a C.E. já apresentaria, porventura outros números.

2. Em relação às diferentes componentes do PIB, as previsões da C.E. colocam a procura interna portuguesa a registar, em 2020, uma quebra menos acentuada que a do total do Produto, com um valor estimado de -6.9% (em linha, aliás, com as previsões para o conjunto da U.E. e da Zona Euro), considerando, ainda a Comissão, que o maior contributo para esta descida vem do **investimento**, com -10.2%, e não do **consumo** (privado), que cai -7.9% (redução esta que é inferior à da média europeia). Contudo, no que diz respeito ao **investimento público** a previsão para Portugal, sendo até mais favorável que a do Governo (em sede de O.E.21), continua a colocar-nos, quanto ao peso deste no PIB, bem abaixo da média da U.E. (pior só o valor para Chipre), embora assinalando uma trajectória ascendente entre 2020 e 2022 (de 2.5% para 3.0%). Assim, a maior quebra do PIB advém da evolução da **procura externa**, em que a previsão é hoje de uma queda bem mais acentuada em 2020 (-21.0%), seguida de uma recuperação de 9.7% em 2021 e 5.4% em 2022. Tal significa que, no final deste último ano, as exportações ainda estarão longe de recuperar da quebra sofrida em 2020. Esta evolução traduz-se numa perda de quota de mercado por parte da economia portuguesa, num contexto em que a previsão da C.E., após apontar para um ganho nos termos de troca da economia portuguesa em 2020 (de 2.1%), considera que os mesmos se manterão equilibrados nos dois próximos anos (em linha com a previsão para o conjunto da U.E.).

Neste contexto, a recuperação mais acelerada da economia em 2021 e 2022 resulta, sobretudo, do ritmo de crescimento da procura interna que crescerá segundo a C.E., bem acima da média europeia (um diferencial acumulado nos dois anos de + 1.7 p.p).

3. Quanto à evolução das **contas públicas** a previsão da C.E. para Portugal aponta para um saldo orçamental a registar um défice de -7.3% em 2020 (abaixo da média, quer da Zona Euro, quer da U.E. (que são de, respectivamente,

Vencer a crise

Para ganhar a década

-8.8% e -8.4%), colocando, ainda, Portugal como o 7º país da União que em 2021 maior redução regista no défice (-2.8 p.p.). Destes, apenas 3 economias, com dimensão equivalente ou superior à nossa, registam uma contracção maior: Bélgica, Itália e Áustria, sendo, no entanto, que, todas elas, terão tido quebras do produto em 2020 bem superiores à portuguesa.

Em matéria de saldo da **balança primária** a previsão é de um valor de défice que fica ainda mais distante da média da Zona Euro, com -4.4% em 2020 e -0.5% em 2022, que compara com, respectivamente, -7.2% e -3.4%, para a Zona Euro. Esta diferença, explica-se, quer pelo lado da receita, quer relativamente à despesa, ambas inferiores, em % do PIB, ao do conjunto da Zona Euro, embora a maior alteração, em ambos os casos, seja registada do lado da despesa (que aumenta em % do PIB em 2020 7.3p.p. em Portugal e 8.1 p.p. na Zona Euro).

O **saldo estrutural** (retirado o efeito do ciclo económico) regista, naturalmente, uma quebra inferior, quer em Portugal, quer na Zona Euro, com valores para 2020 de -3.3% e -4.8%

respectivamente, com uma evolução descendente que se prolonga em 2021 e 2022, ano em que o saldo se reduz para -2.6% e -3.7% para nos dois universos que comparamos.

Esta evolução é-nos ainda mais favorável no **saldo primário estrutural**, em que a economia portuguesa chegará a 2022 com um saldo praticamente equilibrado (-0.1%), ao contrário da Zona Euro que ainda regista um valor negativo de -2.3%.

Finalmente, quanto à evolução da **dívida pública**, a C.E. prevê para Portugal um agravamento da mesma em 2020 de 17.9 p.p. relativamente a 2019, com uma estimativa de dívida de 135.1%, número que compara com o de 101.7% para o conjunto da Zona Euro, em que o aumento registado é de 15.8 p.p..

Contudo, o que nos parece ser mais relevante na previsão apresentada é a clara descida da dívida portuguesa até 2022, calculada em 7.9 p.p., enquanto no conjunto da Zona Euro ocorre mesmo um aumento da dívida, fazendo com que em 2022 o diferencial entre ambas passe dos 33.4 p.p. previstos para 2020 para 24.6 p.p., inferior ainda ao que era o diferencial existente antes da crise, que em 2016 atingia os 39.3 p.p.

Previsões da C.E. para Portugal

(% variação anual para os agregados macroeconómicos e % do PIB para as contas públicas)

| | 2020 | 2021 | 2022 |
|--------------------------|-------|-------|-------|
| PIB Real | -9,3 | 5,4 | 3,5 |
| Consumo privado | -7,9 | 4,9 | 3,5 |
| Consumo público | 1,0 | 1,6 | 0,8 |
| Investimento (FBCF) | -10,2 | 6,3 | 5,2 |
| Exportações | -21,0 | 9,7 | 5,4 |
| Importações | -15,6 | 7,5 | 5,0 |
| Taxa de Desemprego | 8,0 | 7,7 | 6,6 |
| Saldo do O.E. | -7,3 | -4,5 | -3,0 |
| Saldo Estrutural do O.E. | -3,3 | -3,3 | -2,6 |
| Dívida Pública | 135,1 | 130,3 | 127,2 |

Fonte: European Economic Forecast (Outono 2020)

AS POLÍTICAS

O Orçamento da segurança Social para 2021

Um contributo importante para a proteção do emprego e dos rendimentos...

O Orçamento da Segurança Social de 2021 constitui um pilar importante da resposta do poder político às consequências sociais e económicas da crise pandémica. Tal como tinha sucedido em junho com o Orçamento Suplementar, foram adotadas uma série de medidas de carácter excecional e temporário, com o objetivo de apoiar o emprego e alargar a proteção social aos cidadãos mais vulneráveis face à queda de rendimentos provocada pela crise. Entre as medidas aprovadas, destacam-se as seguintes:

- Apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores – tem como objetivo compensar a perda de rendimentos causados pela crise aos trabalhadores sem acesso à proteção por desemprego, bem como aos sócios gerentes, e aos trabalhadores independentes e do serviço doméstico com quebras significativas de rendimento; terá um custo global próximo dos 450 M €.
- Melhoria da proteção ao desemprego - majoração do limite mínimo do subsídio de desemprego (até 1,15 IAS) e do subsídio social de desemprego; prorrogação por 6 meses do período de concessão dos subsídios de desemprego que terminem em 2021.
- Atualização extraordinária das pensões – aumento de 10 € para os pensionistas com pensões até 658 euros a partir de 1 de janeiro; aumento das pensões para trabalhadores de profissões de desgaste rápido que pediram antecipadamente a reforma em 2019.
- Apoio à criança - alargamento da gratuidade das creches ao 2º escalão de comparticipação familiar, incluindo o 1º filho, passando a abranger cerca de 65 mil crianças; melhoria do abono de família.
- Medidas temporárias de proteção do emprego – prosseguimento das medidas já iniciadas em 2020 tais como o apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade, o subsídio por doença por isolamento profilático e o subsídio de doença por COVID; pagamento integral da remuneração até

ao limite de 3 salários mínimos aos trabalhadores em *lay-off*.

Criação de um regime contributivo e de segurança social específico para os trabalhadores da cultura.

O impacto final destas medidas, que incluem as que foram adicionadas no decurso do processo de decisão parlamentar, não foi ainda revelado. Na sua proposta de Orçamento inicial, o Governo calculava que as medidas excecionais no âmbito do COVID 19 financiadas pela Segurança Social implicariam uma despesa total de 776 milhões de euros, o que representa uma redução de 60% em relação à execução prevista em 2020. Uma redução tão substancial funda-se na hipótese de que será possível abrandar as medidas de apoio ao rendimento, no âmbito da resposta ao COVID 19, nomeadamente os subsídios para retoma da atividade económica, à medida que esta se vá aproximando dos níveis anteriores à crise. Será plausível um tal abrandamento?

... mas até que ponto será suficiente face ao agravamento da crise pandémica?

No atual ambiente carregado de incertezas, agravadas por uma segunda vaga de Covid-19 cuja dimensão está a exceder as expectativas, há um sério risco de que as necessidades de apoio à economia exijam intervenções que excedam os montantes orçamentados. A totalidade das medidas de combate à pandemia e de apoio ao emprego e aos rendimentos incluídas na proposta de Orçamento de Estado para 2021 representam uma despesa avaliada em 1,7% do PIB, o que é um valor bastante baixo se comparado com o estímulo fiscal concedido nos outros países da UE.

A verdade é que o Orçamento de 2021 foi concebido pelo Governo para um ano que ele acreditava ser de forte recuperação, com o produto a crescer 5,4%, e o nível de atividade anterior à crise a ser atingido já em 2022. Todavia, estes números estão a revelar-se exageradamente otimistas face às mais recentes previsões publicadas pela OCDE, que apontam para uma recuperação bem mais modesta.

Segundo esta organização, o crescimento do PIB não deverá exceder 1,7% em 2021 e 1,9% em 2022. Também o Banco de Portugal nas suas previsões mais recentes apresenta um quadro mais pessimista do que o Governo, com um crescimento do PIB de 3,9 % em 2021. Em vez de uma recuperação em V, poderemos vir a assistir a uma recuperação bem mais lenta, de “tipo Nike”, em que o nível de atividade pré-crise não será atingido antes de 2023, segundo a OCDE, ou no final de 2022, segundo o Banco de Portugal.

Não ficaremos por isso surpreendidos se os números agora aprovados venham a ser corrigidos no decurso do próximo ano, através de um Orçamento Retificativo, à medida que se torne evidente a necessidade de reforçar as medidas de apoio à economia. Neste contexto, foi sintomático o anúncio feito pelo Ministro Siza Vieira, já após a aprovação do Orçamento, de um conjunto de novas medidas de apoio às empresas, como é o caso da extensão do apoio à retoma progressiva até ao fim do 1º semestre de 2021, de novos subsídios ao emprego para microempresas e do alargamento às médias empresas das condições de acesso a subsídios.

Também do lado das receitas existem vários fatores de incerteza. O Orçamento prevê para 2021 um significativo aumento das receitas contributivas da ordem dos 940 M € (+5,2%), em linha com o aumento do PIB. Todavia, as receitas contributivas vão sobretudo depender da recuperação do emprego, que não se prevê crescer mais do que 1% em 2021, ao mesmo tempo que o desemprego se deverá manter em níveis superiores a 8%.

Em síntese, há razões para duvidar da solidez das previsões de um Orçamento que, nas atuais condições de elevada incerteza, teria sempre de constituir um exercício muito arriscado. O Orçamento da Segurança Social de 2021, sendo embora um instrumento importante de reforço da proteção social e do emprego em tempos de crise, poderá revelar-se subdimensionado face aos desafios emergentes, e obrigar a ajustamentos em curso de execução que poderão pôr em risco a meta declarada de uma melhoria do saldo negativo do Orçamento de Estado em 3 pontos percentuais.

Um impacto que não se esgota em dois ou três

anos e cujas consequências sobre a sustentabilidade da Segurança Social obriga a uma reflexão estratégica

A atual crise terá um impacto que em muito ultrapassará o horizonte imediato, projetando-se sobre um horizonte de várias décadas e

agravando assim os desafios demográficos à sustentabilidade, quer financeira, quer social, do sistema de Segurança Social. Aliás o próprio Orçamento de 2021 já revela em parte as tensões que a crise projeta sobre o futuro. Pela primeira vez, irão ser utilizadas no financiamento do défice do sistema previdencial-repartição verbas das receitas consignadas do Adicional do IMI e da parcela do IRC, que em princípio deveriam ter por destino o reforço do Fundo de Estabilização Financeira. Trata-se na realidade da primeira transferência deste Fundo, no montante de 517 M€, o que estava previsto acontecer apenas no final da década de 20.

As projeções publicadas no final de 2019, que previam o esgotamento do Fundo de Estabilização apenas na década de 50, foram revistas no relatório de sustentabilidade que acompanha a proposta de Orçamento de 2021, sendo agora esse esgotamento projetado para a década de 40. O mesmo relatório projeta um agravamento significativo dos défices do sistema previdencial que se sucederão a partir de finais da década de 20.

A crise terá repercussões igualmente no grau de adequação das futuras pensões de reforma, sobretudo se os seus efeitos económicos forem prolongados no tempo. O aumento previsível do desemprego de longa duração deverá significar uma contração das carreiras contributivas e o alongamento dos períodos de inatividade de trabalhadores independentes e temporários irá agravar ainda mais as situações de precaridade com reflexo futuro em pensões de muito baixo montante. A decisão de facilitar o resgate antecipado dos PPR irá decerto contribuir para comprometer a adequação futura das pensões de base complementar.

O reconhecimento do impacto da crise sobre a sustentabilidade da Segurança Social num horizonte de médio e longo prazo deveria ser um primeiro passo para uma revisão criteriosa dos pressupostos sobre os quais se tem baseado até agora o modelo de financiamento do sistema previdencial, em particular do subsistema de pensões.

AS POLÍTICAS

As medidas de apoio para o primeiro semestre de 2021

1. O Governo anunciou, no passado dia 10 de Dezembro, um novo pacote de apoios à economia, incluindo medidas novas ou ajustando medidas anteriores. Não se conhecendo ainda os detalhes de várias das medidas anunciadas (e muitas vezes é na sua concretização que várias medidas têm falhado), este pacote tem a vantagem de procurar ir ao encontro das várias dimensões de problemas, com que um número significativo de empresas do comércio e serviços continuam confrontadas.

O Governo sintetizou a nova resposta em cinco áreas: **Apoio ao emprego, Alargamento do “Apoiar”, Apoio ao pagamento de rendas, fiscalidade, e financiamento.**

As medidas não têm, naturalmente, todas o mesmo impacto, e nem todas representam custos para o Estado, seja na forma de subsídios não reembolsáveis ou garantias bancárias.

Um dos aspectos que merece realce neste pacote é que o mesmo parte do reconhecimento de que os efeitos da pandemia ainda se irão fazer sentir durante algum tempo e, como tal, algumas medidas são perspectivadas, pelo menos, a 6 meses, o que permite alguma planificação, num contexto que continua a ser de grande incerteza quanto ao desenvolvimento da economia, em 2021.

Neste pacote de medidas está a correcção de alguns erros de concepção do programa “Apoiar” como a exclusão inicial das médias empresas e dos empresários em nome individual sem contabilidade organizada. O programa é ainda ajustado contemplando, designadamente, a possibilidade de aprovação de candidaturas de empresas com dívidas à AT e SS, embora sujeita à condição de regularização, o que é positivo. Reduzem-se, ainda, as restrições em sede de capitais próprios, admitindo-se a apresentação de um balanço intercalar que demonstre capitalização, algo que duvidamos ser possível no actual contexto, principalmente, em empresas que estavam em processo de investimento antes da

pandemia.

Não menos importante, e, finalmente, o Governo vai ao encontro de uma das propostas que a CCP tem feito desde o início, e que se prende com a questão dos custos associados ao arrendamento não habitacional. Inúmeras vezes, ao longo destes dez meses de pandemia, a CCP procurou sensibilizar o poder político – Partidos Políticos e Governo – para a necessidade de se encontrarem soluções que permitissem minimizar o peso das rendas comerciais, na estrutura de custos das empresas, em especial, no comércio de rua que não beneficiou até ao momento de qualquer apoio nesta área.

2. O Governo vem agora anunciar medidas em matéria de “arrendamento comercial” em duas vertentes. Na primeira vertente, porventura a mais importante, foram aprovados apoios directos sob a forma de subsídios destinados a fazer face a custos com rendas não habitacionais de micro, pequenas e médias empresas que actuem em sectores particularmente afectados pelas medidas excepcionais que foram sendo adoptadas no contexto da pandemia. Os apoios variam em função das quebras de facturação, sendo de 30% com um limite máximo de 1200 euros/mês para quebras de facturação entre 25% e 40%, e um apoio de 50% com um limite de 2000 euros caso se verifiquem quebras superiores. Este apoio é devido por 6 meses e será pago em 2 *tranches* durante o primeiro semestre de 2021.

Com esta solução o Governo procura, por um lado, evitar questões jurídicas ou mesmo constitucionais, associadas a outro tipo de soluções, mas também evitar ter que responder, de uma penada, ao problema das rendas relativas, quer a 2020, quer a 2021, se as restrições se mantiverem.

Esperando que a construção técnica desta medida de apoio ao arrendamento não traga novos problemas, o que nos podemos interrogar neste momento é a quantas empresas este apoio irá chegar?

Porque se é positivo que o Governo tenha reconhecido, não só a necessidade de corrigir a medida “Apoiar”, mas também criar o apoio às rendas comerciais, a verdade é que estamos sempre a falar do mesmo volume de apoios: 750 milhões de euros. Se inicialmente nos pareceria razoável este montante para chegar a um número significativo de empresas, é altura de questionar se este montante não deveria ser revisto em função destes alargamentos.

Ainda em matéria de rendas, mas noutra vertente, o Governo aprovou uma proposta de Lei a apresentar à Assembleia da República, que altera o regime excepcional para as situações de mora no pagamento de renda devida nos contratos de arrendamento. O regime visa alargar o período de suspensão dos efeitos da cessação dos contratos de arrendamento, entre outros aspectos.

3. Importante para os sectores que a CCP representa é o anúncio da possibilidade do diferimento do IVA trimestral do primeiro semestre de 2021. Não indo tão longe como desejávamos em matéria de IVA, ainda assim o Governo deu um sinal ao admitir o pagamento, sem juros, em 3 ou 6 prestações. Já no que se refere aos sujeitos enquadrados no regime de IVA mensal, o Governo entendeu, não se sabe com que fundamento, incluir uma exigência adicional: só podem beneficiar desta medida os sujeitos com quebras de facturação anual superiores a 25%. . A maior ou menor adesão a estas medidas dependerá da forma como correr o arranque do próximo ano. Bastante mais tímida é a medida que suspende as execuções AT e SS no primeiro trimestre. Trata-se de uma medida que, em nosso entender, deveria ser alargada a todo o ano de 2021.

O novo pacote de medidas abrange, igualmente, medidas no domínio do apoio ao Emprego, incluindo formação profissional. O Governo prolonga agora, até ao final do primeiro semestre de 2021, o Apoio à Retoma Progressiva, medida há muito solicitada pela CCP. Estabelece também que os trabalhadores que afixaram até 3 SMM não terão cortes salariais, mas este custo adicional

não será suportado pelas empresas. São incluídos, nesta nova fase, os gerentes de empresas, desde que as mesmas tenham trabalhadores permanentes (conceito que nos suscita algumas dúvidas se com isto se pretender significar trabalhadores com contrato a termo incerto).

Finalmente, são anunciadas novas linhas de crédito, com possibilidade de conversão para fundo perdido (20%) para múltiplos sectores, desde logo, o sector exportador, mas também para empresas de eventos, qualificação da oferta turística e grandes empresas.

Ainda no contexto do financiamento, foi aprovada uma medida que pode ser importante para as empresas de menor dimensão, mas que carece de especial acompanhamento. Estamos a falar do Fundo de Tesouraria para Micro e pequenas Empresas com uma dotação de 750 milhões. Conhecidas que são as dificuldades que se registam no acesso ao crédito por muitas destas empresas, não será de estranhar que o sector financeiro venha a levantar problemas adicionais.

Em resumo, são, de acordo com os dados do Governo, 7,2 mil milhões de euros de apoios no primeiro semestre de 2021. O problema é que, menos de 20% (1,4 mil milhões) são a fundo perdido, o que significa que as empresas terão que continuar a endividar-se ou adiar pagamentos para responder aos problemas que resultam da pandemia.

Sendo naturalmente cedo para fazer o balanço, em especial, do programa APOIAR, programa que mais directamente visa os sectores do comércio e serviços, tivemos já oportunidade de referir que o montante previsto, 750 milhões, pode não ser suficiente para apoiar todas as empresas potencialmente enquadráveis, tendo, designadamente, em conta que, numa semana, foram apresentadas perto de 36 mil candidaturas correspondendo a cerca de 340 milhões de euros, quase metade da verba disponível.

Espera-se que na implementação deste novo pacote de medidas não se verifiquem os constrangimentos a que fomos assistindo anteriormente, e que os mesmos sejam concretizados de uma forma célere e eficaz.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA NO 1º SEMESTRE DE 2021

Será já a partir do dia 1 de Janeiro de 2021 que o nosso país assegurará a Presidência do Conselho Europeu, substituindo a Presidência Alemã que está na sua recta final.

Sabemos, já, que a nossa Presidência terá menor flexibilidade do que a atualmente ainda em curso, pois vai decorrer num contexto (ainda) de pandemia, sujeita portanto a um conjunto de questões fundamentais no domínio da saúde e à questão da recuperação económica, fruto da crise económica e social que tanto nos tem afectado, mas que também fez antecipar um conjunto de desafios – nomeadamente no domínio da digitalização – que poderão transformar-se em importantes oportunidades de crescimento para o nosso tecido empresarial.

Uma das questões que se coloca é a da incerteza sobre a possibilidade de realização das reuniões presencialmente; para além das dificuldades que esta questão traz, desde logo em termos de planeamento logístico, trará também dificuldades acrescidas no âmbito das negociações, pois sabemos bem que negociar em reuniões em linha é muito mais complicado. Por outro lado, algumas perderão, provavelmente, a centralidade desejada.

Neste contexto, é provável que o calendário tenha que assegurar alguma mobilidade e teremos que estar preparados para a realização de eventos físicos e virtuais, colmatando sempre que necessário a impossibilidade de realização dos eventos em formato presencial. Profissionalismo terá que ser a palavra de ordem.

Ainda não sabemos, por outro lado, em que ponto de situação estará o dossier do Brexit, bem como ainda não se ultimou a questão do Quadro Financeiro Plurianual, um dossier fundamental a par do programa recentemente criado com vista a apoiar os esforços de recuperação económica, o *New Generation*.

A nossa Presidência vai, também, decorrer num contexto em que as vacinas de combate ao COVID-19 estarão, finalmente, no terreno e, neste contexto, seremos mesmo a primeira Presidência de um novo ciclo.

Mas, afinal, quais vão ser as **prioridades da Presidência Portuguesa?**

Antes de mais, o nosso semestre será baseado na seguinte visão: “Uma Presidência positiva, flexível e sóbria, capaz de criar pontes e de obter resultados concretos na recuperação económica e na forma de se ultrapassar a crise”.

Em grandes traços, a agenda vai centrar-se em cinco grandes **prioridades/dimensões**:

1 – RESILIÊNCIA

Nesta dimensão, estaremos envolvidos em iniciativas de promoção da resiliência da economia europeia, incluindo ao nível da promoção do aumento do investimento, da recuperação e da autonomia estratégica (tendo em conta que a pandemia realçou a excessiva dependência que os países da União Europeia têm relativamente à importação de produtos com uma importância determinante, nomeadamente na área da saúde, como aconteceu com os ventiladores e as máscaras).

Outra questão fundamental prender-se-á com a implementação dos planos nacionais de recuperação e da “nova política industrial” em que a Comissão Europeia tem vindo a trabalhar. Neste domínio, importa realçar que a CCP tem pugnado por um maior reconhecimento do valor e do potencial do sector dos serviços, opondo-se a modelos económicos assentes em objectivos de reindustrialização que considera ultrapassados e ineficazes.

2 – SOCIAL

O Modelo Social Europeu deverá ser um motor para se ultrapassar a crise, criar emprego e promover a igualdade. Neste domínio, a nossa Presidência terá o grande desafio de tentar conseguir consensos e compromissos em torno de iniciativas concretas – legislativas e outras – visando a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, (PEDS), o qual inclui a polémica proposta de criação de um Salário Mínimo Europeu.

A este respeito, a CCP tem contribuído muito activamente para a reflexão e a tomada de posições das entidades europeias em que está representada – SMEunited e Eurocommerce –

tendo em conta que a iniciativa em curso, visando uma Directiva, afigura-se inoportuna (dadas as dificuldades pelas quais as empresas europeias já se encontram a passar, fruto da pandemia) e a falta de clareza que várias das disposições propostas registam, nomeadamente quanto aos critérios de determinação do instrumento visado.

Outras iniciativas, nomeadamente no combate à exclusão social, estão em vista, incluindo em relação aos sem-abrigo, à infância e ao combate das desigualdades (desigualdades de género e no que toca à comunidade cigana).

No domínio da implementação do PEDS, a Presidência propõe-se realizar, em Maio de 2021, uma Cimeira Social, tendo o Governo português já feito saber que conta com os Parceiros Sociais para desempenharem um importante papel, como “Colégio de Embaixadores” para que se consigam atingir alguns consensos sobre compromissos concretos.

Neste domínio, a CCP considera fundamental que a actuação da União Europeia seja pautada pelo realismo, devendo assentar as suas decisões na constatação de que vivemos tempos muito complicados em termos económicos, fruto da redução da actividade económica resultante das restrições impostas pela pandemia e que conduzirá, certamente, a muitos encerramentos de empresas e ao conseqüente impacto sobre os níveis de emprego e de desemprego. Ou seja: a prioridade deverá ser desenvolverem-se todos os esforços no sentido de apoiar as empresas nesta fase difícil, criando ou adaptando programas e linhas adequadas e assim evitando a morte de muitos negócios sustentáveis.

3 – VERDE

A Presidência realçará a importância de que a recuperação económica assente numa base sustentável, devendo debater iniciativas no domínio da Lei do Clima, da uma nova Estratégia para as Florestas, de uma Estratégia para o Hidrogénio, de questões ligadas à sustentabilidade dos oceanos (a denominada “Economia Azul”, ligada à gestão dos recursos dos oceanos).

Neste domínio, haverá um enfoque na necessidade de se estabelecer um Pacto Ecológico com base nos objectivos de uma Europa Verde e serão desenvolvidos esforços no sentido da aprovação da Lei Europeia sobre o Clima, da promoção da ferrovia e da mobilidade sustentável, e da reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

4 – DIGITAL

Face aos ensinamentos retirados da forte evolução que o digital teve no contexto da pandemia, o objectivo da nossa Presidência será acelerar a Agenda Digital como importante motor da recuperação económica, nomeadamente através da aprovação do Acto para os Serviços Digitais, actualmente em discussão

Este domínio deverá ser tratado tendo por base o reconhecimento de que a tecnologia deve estar ao serviço de uma economia de concorrência justa e resiliente, havendo que se reforçar a soberania digital e o desenvolvimento de infraestruturas de conectividade.

A questão da necessidade da União Europeia apostar na criação de plataformas competitivas face à realidade internacional tem estado na ordem do dia, sendo um dossier da maior importância. O objectivo deverá ser colocar a Europa na liderança mundial da economia digital, mas sempre baseado em valores éticos (ou seja, há que se apostar numa digitalização democrática).

5 – GLOBAL

Em termos da agenda externa, a Presidência promoverá o multilateralismo nas relações e as parcerias, tendo em conta que o relacionamento da União Europeia com países como os EUA, o Canadá, os países da América Latina, os países africanos e a política de vizinhança com o hemisfério sul é considerado prioritário.

Existirão, ainda, iniciativas ligadas ao tema da segurança europeia (incluindo no que respeita à NATO) e será discutida a agenda das migrações, visando-se alcançar um Novo Pacto para as Migrações.

O reforço do papel da Europa num mundo globalizado deverá nortear a sua actuação, tendo em conta o impacto geopolítico da crise provocada pela pandemia e a necessidade de se reforçarem mecanismos de regulação global, bem como incluir o reforço da relação estratégica com a Índia e com a América Latina, não descurando a importância da China.

Em suma, considera-se fundamental a promoção de uma agenda comercial forte e aberta, mas que respeite a equidade; e discutir-se-á a necessidade de reforma da Organização Mundial do Comércio.

OS DESAFIOS

O crescente peso do Sector dos Serviços nas trocas internacionais (de acordo com o estudo da O.M.C. publicado antes da crise)

Em Janeiro de 2020, a Organização Mundial do Comércio publicou o relatório do comércio mundial de 2019, no qual é feita uma análise da importância e da evolução futura do sector dos Serviços na economia mundial. Esta análise tendo sido feita antes da crise COVID não incorpora as alterações que esta crise irá trazer em que haverá actividades que poderão reforçar o seu crescimento, enquanto outros se confrontarão com quebras, mais ou menos duradouras, no curto e médio prazo

Os Serviços tornaram-se nos últimos anos num sector de enorme importância das trocas comerciais no mundo inteiro, tendo uma relevância cada vez maior na economia mundial. No entanto, a sua contribuição para o comércio mundial nunca foi verdadeiramente percebida, sendo a sua importância regularmente negligenciada devido à sua natureza mais intangível e imaterial.

De acordo com o relatório, «os Serviços geram mais de dois terços da produção económica, atraem mais de dois terços do Investimento Directo

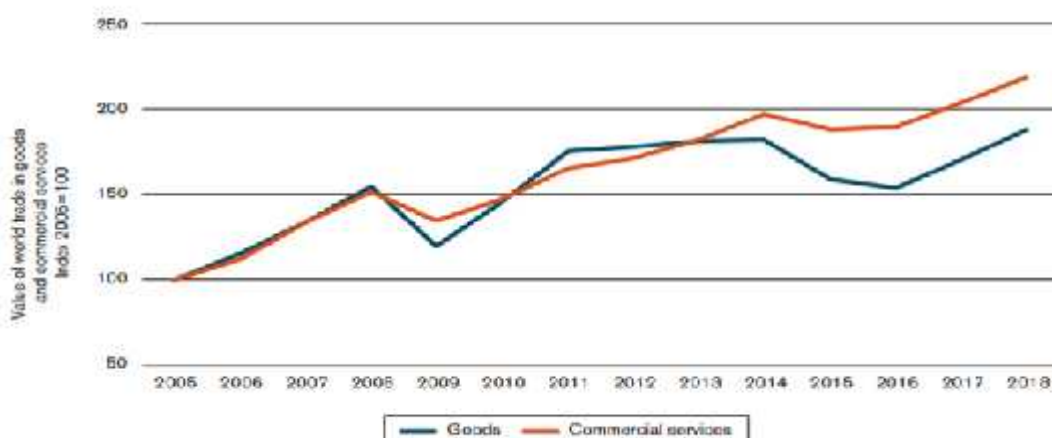
Estrangeiro (IDE) e são responsáveis por quase terços do emprego em países em desenvolvimento e quatro quintos nos países desenvolvidos».

Os Serviços aumentaram a sua percentagem no comércio mundial de apenas 9% em 1970 para cerca de 20% nos dias de hoje, e o relatório prevê que até 2040 este sector represente até um terço do comércio mundial, o que pode levar a um aumento de 50% em apenas duas décadas.

Observa-se, também, que apesar do sector ser responsável por apenas um quinto do comércio internacional, o seu crescimento tem sido bastante rápido nos últimos anos. A exportação de serviços teve um crescimento anual de 3% desde 2011, enquanto a exportação de bens cresceu 1% anualmente desde 2011 (ver figura 1).

Os Serviços aumentaram a sua percentagem no comércio mundial de apenas 9% em 1970 para cerca de 20% nos dias de hoje, e o relatório prevê que até 2040 este sector represente até um terço do comércio mundial, o que pode levar a um aumento de 50% em apenas duas décadas.

Figura 1 – Evolução do comércio mundial de bens e dos serviços entre 2005 e 2018



Fonte: WTO-UNCTAD-ITC estimates

Em média o comércio de serviços cresceu 5,4 % anualmente desde 2005, ou seja, acima do comércio de bens, que cresceu 4,6% em média no mesmo período.

A contribuição do Sector dos Serviços nos países desenvolvidos e nos Países em Desenvolvimento

Em 2015 os Serviços já eram responsáveis por 76% do PIB nas economias mais avançadas. De acordo com os dados da OCDE de 2019, no Japão os serviços representam 68% do PIB, na Nova Zelândia representam 72% e nos EUA quase 80%, sendo que, de acordo com as estimativas da UNCTAD de 2017, esta percentagem vai aumentar.:

Nas economias emergentes também se observa a mesma tendência de crescimento dos serviços, como no caso da China, que apesar de ser considerada a “fábrica do mundo”, está cada vez mais a tornar-se uma economia de serviços, onde este sector representa actualmente mais de 52% do PIB (uma subida de 11 pontos percentuais desde 2005), ultrapassando a contribuição para o PIB proveniente da indústria. Na Índia, os serviços representam quase 50% do PIB (em 1970 esta percentagem era de apenas 30%). No Brasil, os serviços são responsáveis por 63% em 2019 (segundo o Banco Mundial).

Figura 2 - O sector dos serviços é responsável pelo aumento da percentagem do PIB



Fonte: Cálculos da OMC baseados nos indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial

Nos países em desenvolvimento, a contribuição do sector dos serviços para o PIB cresceu de 42% para 55% entre 1980 e 2015 (de acordo com a UNCTAD).

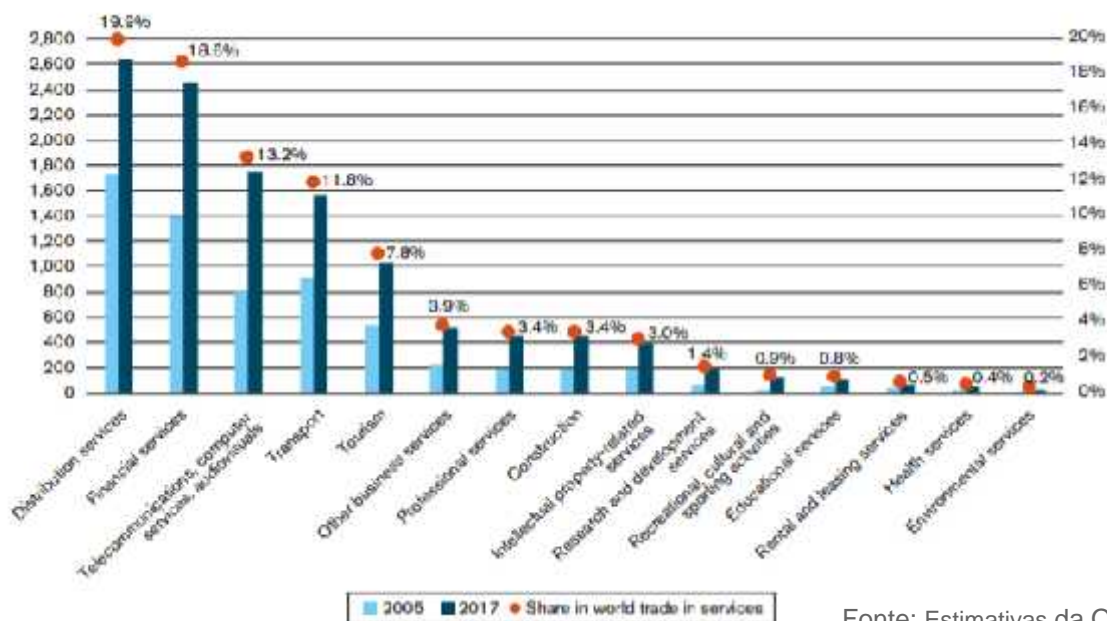
Evolução das actividades de serviços entre 2005 e 2017

Na figura 3 é possível observar a evolução das actividades de serviços entre 2005 e 2017. Os serviços de telecomunicações, computação e audiovisuais tiveram um crescimento bastante rápido

crescendo em média cerca de 10% anualmente desde 2005, seguidos de perto por outras actividades, como os serviços de distribuição e serviços financeiros, que representaram, respectivamente, 19,9% e 18,6% do total dos serviços em 2017.

Os serviços de transporte e o turismo também assumem um papel relevante, apresentando uma tendência de crescimento.

Figura 3 - Evolução das actividades de serviços entre 2005 e 2017



Fonte: Estimativas da OMC(2019)

Este aumento do sector dos serviços deve-se sobretudo ao aumento do ritmo de inovação tecnológica e à crescente digitalização da economia, com a disseminação da internet a nível mundial e o custo reduzido das telecomunicações, o que levou a que muitos dos serviços que antes tinham custos proibitivos se tenham tornado muito mais acessíveis, podendo ser entregues em longas distâncias sem necessidade de uma presença física.

Existem, no entanto, actividades de serviços, como o transporte de passageiros, hotelaria ou estética que necessitam de uma presença física e de ser entregues localmente, embora uma parte destes serviços já estejam a ser integrados em plataformas digitais (como a Uber ou o Airbnb ou o Booking), o que leva a que o seu custo para o cliente final diminua.

Algumas actividades de serviços de acesso mais restrito, como os serviços médicos, que apenas eram acessíveis através do recurso a médicos e hospitais, estão actualmente acessíveis através da internet, podendo os diagnósticos ser realizados remotamente.

Por outro lado, assiste-se a um aumento do turismo de saúde, com um número cada vez maior de pacientes de busca de tratamento médico mais acessível economicamente ou mais avançado fora do seu próprio país.

É possível verificar uma tendência de crescimento em outro tipo de serviços, como os serviços educacionais (graças a plataformas de e-learning como o Moodle ou aos cursos online), ou nos serviços de

entretenimento, com a adopção dos serviços de streaming, como o Netflix, HBO, Disney + ou o Spotify.

A mudança provocada pela utilização de plataformas está a provocar uma mudança abrupta, levando a que cada vez mais actividades de serviços utilizem este tipo de plataformas e passem por um processo semelhante ao que a indústria sofreu devido ao aumento da concorrência e à redução de custos devido às economias de escala geradas, que levou a ganhos de produtividade e á redução de preços, o que justifica a razão pela qual os serviços de telecomunicações, serviços financeiros e de distribuição tenham tido um crescimento tão rápido nas últimas décadas.

Conclusão

O sector dos serviços está a evoluir e a desenvolver-se de forma rápida graças à crescente digitalização da economia. A tecnologia digital vai ter um impacto significativo na forma como as empresas fazem os seus negócios, permitindo que tenham acesso a um mercado digital globalizado, criando novos canais de distribuição de serviços, o que poderá permitir uma nova aceleração da Globalização. Em sentido inverso, os serviços ligados ao turismo terão uma evolução que se perspectiva que estava abaixo dos valores antes da crise. Voltaremos ao tema em próximo Boletim com números sobre as novas estimativas de evolução nas várias actividades de serviços.

Impactos do Covid 19 na dinâmica das sociedades e nos desafios à realização futura de reformas sociais e económicas



A Revista *Finance & Development* do FMI de dezembro de 2020, publicou um artigo intitulado “The post pandemic brave new world”, da autoria de Martin Sandbu, procurando identificar um conjunto de impactos sociais resultantes da pandemia de covid -19 e dos métodos de combate à pandemia, utilizados pelos países.

Uma conclusão central deste artigo é que:

“A principal consequência económica resultante da actual pandemia é que ela intensificou as linhas de fratura nas sociedades, ao mesmo tempo que intensificou os debates preexistentes sobre orientações políticas”.

Para o autor, o **primeiro impacto**, a termos em conta, relaciona-se com o agudizar das desigualdades pré-existentes à pandemia, como resultado dos múltiplos confinamentos que têm vindo a ser sendo aplicados pelos governos para travar a propagação do vírus. Ora, estes confinamentos atingiram mais duramente, claro está, todos os trabalhadores cujos trabalhos não podiam executados a partir de casa. É sabido que as chamadas profissões “de bata branca”, especialmente as mais intensivas em conhecimento, já possuíam algumas vantagens em relação às que

envolvem trabalho manual, nomeadamente em termos remuneratórios e de segurança no trabalho.

De facto, os trabalhadores circunscritos a sectores de serviços com forte peso de trabalho manual, como é o caso dos setores do turismo e acolhimento, da distribuição, do comércio a retalho, dos cuidados básicos de saúde, já enfrentavam situações duras antes da pandemia e viram este cenário a agravar-se. Ao exigirem proximidade física no desempenho das suas funções, estas profissões envolveram mais riscos para os seus trabalhadores, quer em termos de

contágio, derivado à exposição necessária, quer em termos económicos, devido aos confinamentos vigentes. As mulheres e os jovens foram particularmente atingidos já que estão empregados em muitos desses sectores (ver último número de 2020 do IMF World Economic Outlook).

Da análise efetuada, um **segundo impacto** que devemos considerar, relaciona-se com os novos desafios que a multiplicação de trabalho irregular tem trazido à economia mundial.

A existência de extensos mercados de trabalho informal era, há muito considerado, um traço característico das economias menos desenvolvidas. A novidade é que actualmente

Vencer a crise

Para ganhar a década

se tornaram também significativas nas economias mais desenvolvidas. Com efeito, parecia claro que, já antes da pandemia, nas economias desenvolvidas, se estavam a multiplicar formas não convencionais de emprego e de contratação, à margem das normas consagradas nos Estados de Bem Estar (*Welfare States*). Trata-se de ocupações pouco qualificadas, frequentemente designadas de *gig work*, que foram surgindo ligadas às plataformas digitais globais emergentes. Na opinião do autor, “os confinamentos demonstraram o nível de dificuldade enfrentado pelas instituições de proteção social para conseguirem apoiar os trabalhadores afetados, enquadrados nestas atividades, afetados pela pandemia”.

Um **terceiro impacto** da pandemia a considerar, incide, novamente nas desigualdades, desta feita relacionadas com o uso de tecnologias, que já se verificam e se podem ver agudizadas, decorrentes da situação que a pandemia instalou. Com efeito, a súbita reorientação para soluções de trabalho à distância, trazendo consigo um avanço substancial no uso de tecnologias digitais, vai, obrigatoriamente, acarretar consequências nos futuros modos de produção e na distribuição dos excedentes gerados por essa produção. Também, segundo o autor, existe a probabilidade de

que a “revolução digital” venha exacerbar a bifurcação entre “Bons” e “Maus” empregos, ao permitir aumentar a produtividade daqueles que já estão nos mais “modernos empregos”, intensivos em competências cognitivas e mais adaptados ao trabalho à distância em detrimento dos que não estão.

Por este conjunto de razões, a pandemia está a exigir aos responsáveis políticos o confronto com um conjunto de problemas que vinham a ser negligenciados há demasiado tempo, nomeadamente a intersecção de três tendências (**maiores desigualdades nas remunerações (em sentido lato, e não apenas salarial), maior precariedade e maior informalidade.**

Na opinião do autor, impõe-se uma reflexão sobre os desafios descritos, e para que tal seja possível esta deve, necessariamente ter como ponto de partida o reconhecimento de que **a natureza e a qualidade do trabalho são centrais**. Isto significa que os programas de reformas devem focar-se na criação de empregos de maior qualidade para mais pessoas e em mais lugares (para além dos lugares que mais precocemente deram origem a esses empregos, considerando o autor que, quando se criam empregos com maior produtividade, o trabalho pode tornar-se mais seguro, melhor pago e menos penosos).

Ficha Técnica

Vencer a crise para ganhar a década

Textos produzidos com a colaboração de:

Ana Vieira

Armindo Silva

Helena Leal

Hugo Oliveira

Isabel Francisco

José António Cortez

José Manuel Félix Ribeiro

ccp@ccp.pt

A informação utilizada reporta a 10 de Dezembro de 2020
Comentários e sugestões para: